

Ata N.º	<b>18/2017</b>
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 18/2017 DE 01 DE SETEMBRO**

Aos **um** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, e pública, sob a presidência do Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara, estando presentes o Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grace Aurélie Amaral Salvador Lages, em substituição do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 31 de agosto de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, Vereador em regime de não permanência, apresentou comunicação de ausência ao abrigo do mesmo art.º 78.º, não tendo contudo havido disponibilidade de membros da respetiva lista para o substituir.-----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Não foram abordados quaisquer assuntos no período antes da ordem do dia.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezoito de agosto de 2017** aprovada e assinada em minuta na própria reunião.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia 18 de agosto de 2017. -----

----- A Sr. Vereadora substituta Dr.<sup>a</sup> Grace Salvador não participou na votação da ata dado não ter estado presente naquela reunião. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a)** Execução da Empreitada de **“Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”** (Processo n.º 295) – Procedimento de concurso público – Relatório Preliminar do Júri datado de 24 de agosto de 2017 – Não apresentação de propostas – Decisão de não adjudicação e revogação da decisão de contratar. -----

----- Foi presente à reunião o Relatório Preliminar do júri do procedimento de concurso público, do seguinte teor integral: -----

*“Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete, nos Paços do Município de Vila Nova de Paiva, reuniu o Júri do Procedimento de Concurso Público para a execução da Empreitada de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”, aberto ao abrigo do art.º 19.º, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, por Deliberação da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária de 19 de maio de 2017, constituído pelos seguintes elementos nos termos da referida Deliberação:*

- Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);*
- 1.º Vogal efetivo: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF);*
- 2.º Vogal Efetivo: Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), 2.ª Vogal Suplente em substituição do 2.º Vogal Efetivo, Eng. Téc. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e do 1.º Vogal Suplente, João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), devido a problemas informáticos com os certificados daqueles membros substituídos.*

*Estando presentes todos os membros do Júri referidos, o seu Presidente declarou aberta a reunião.*

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*A reunião foi efectuada em cumprimento do n.º 1 do art.º 122.º do CCP e destina-se à elaboração do Relatório Preliminar no âmbito do procedimento acima referenciado, com o objectivo de proceder à análise e avaliação das propostas apresentadas, tendo por base o critério de adjudicação adotado.*

### **I – DO PROCEDIMENTO**

#### **1.1 – Abertura do Procedimento**

*O concurso público foi aberto pelo Anúncio de Procedimento n.º 4203/2017 publicado na II SÉRIE do Diário da República n.º 99, de 23 de Maio de 2017, desenvolvendo-se os procedimentos de formação do contrato através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov, em uso pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com a Referência n.º 295.*

#### **1.2 – Prazo de Apresentação de Propostas**

*O prazo de apresentação de propostas decorreu até às 23:59 horas do dia 19 de Agosto de 2017.*

#### **1.3 – Critério de Adjudicação**

*O critério de adjudicação estabelecido no n.º 15 do Programa de Concurso e no n.º 12 do respectivo Anúncio publicado em Diário da República, é o da proposta de mais baixo preço nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.*

#### **1.4 – Preço Base do Contrato**

*O preço base do procedimento foi fixado em 1.440.500,00 € (um milhão, quatrocentos e quarenta mil e quinhentos euros), a que acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de seis por cento, conforme n.º 2 da Declaração de retificação de anúncio n.º 186/2017 publicada na II SÉRIE do Diário da República n.º 139, de 20 de Julho de 2017.*

### **II – NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

*O Júri verificou que não foi apresentada qualquer proposta, apesar de na Plataforma Eletrónica acinGov serem indicadas as seguintes 7 (sete) firmas concorrentes, pela ordem constante na mesma Plataforma:*

- Irmãos Almeida Cabral, Lda;*
- Matos & Pinto Construções Lda;*
- Teixeira Pinto & Soares, S.A.;*
- Consipel – Construções Simões Pereira, Lda;*
- Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda;*
- Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A.;*
- António Lopes Pina Unipessoal, Lda.*

*As firmas “Irmãos Almeida Cabral, Lda.”, “Matos & Pinto Construções Lda”, “Teixeira Pinto & Soares, SA.”, “Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda” e “Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A.” apresentaram Declaração de não apresentação de proposta, em virtude de o valor apurado por cada uma daquelas firmas ser superior ao valor base do procedimento.*

### **III – CONCLUSÃO**

#### **3.1 – Não adjudicação da obra e revogação da decisão de contratar**

*Em face da não apresentação de propostas, o Júri propõe à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva a não adjudicação da obra, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e a revogação da decisão de contratar ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do mesmo Código.*

#### **3.2 – Revisão do Preço Base do Procedimento.**

*Em face da não apresentação de propostas o Júri deixa à Consideração da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva a revisão do Preço Base do Procedimento, tendo em vista a eventual abertura de novo Procedimento de Concurso Público.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com as conclusões do Relatório Preliminar e não adjudicar a obra, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e revogar a decisão de contratar ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do mesmo Código. -----

----- **b) Execução da Empreitada de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”** – Decisão de contratar e decisão de escolha de novo procedimento com alteração do preço base – Proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 29 de agosto de 2017, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) A execução da obra de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”, encontra-se prevista nas Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2017 sob o código 2/211/2015/2, ação 2 (classificação orçamental 01.02/07.01.03.05);*

*b) O Projeto de execução da obra, elaborado pela firma Vistraço - Atelier de Arquitectura e Engenharia, Lda., NIF 507 855 400, com sede na Travessa de S<sup>ta</sup>. Cristina nº 10, 1º T, 3500-134 Viseu, foi aprovado por Deliberação da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva de 19 de Maio de 2017;*

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*c) Não foram apresentadas propostas ao 1.º Concurso Público para a execução da obra, aberto pelo Anúncio de Procedimento n.º 4203/2017 publicado na II SÉRIE do Diário da República n.º 99, de 23 de Maio de 2017, com um preço base de 1.440.500,00 € (um milhão, quatrocentos e quarenta mil e quinhentos euros);*

*d) O orçamento inicial da obra foi revisto pelos Serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), tendo aqueles Serviços proposto um novo preço base de € 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros);*

*e) Face ao referido novo preço base, a escolha de novo procedimento pré-contratual para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;*

*f) Compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, por força da competência para a autorização de despesas conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º, do CCP.*

*Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:*

*1.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando o novo preço-base do contrato em € 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros), para um prazo de execução de 540 (quinhentos e quarenta) dias;*

*2.º – Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 38.º do CCP, que o novo procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso*

*Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do CCP;*

*3.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respetivos novos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos anexos, e que se proceda, conforme n.º 1 do art.º 130.º do CCP, à publicação de anúncio do procedimento na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica de Compras Públicas da ACINGOV, em conformidade com o n.º 1 do art.º 62.º do CCP.*

*4.º – Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:*

*– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);*

*– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Téc. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);*

*– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e Cidália Loureiro Moraes, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).” -*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, e autorizar a escolha de procedimento de concurso público nos termos propostos. -----

**----- DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----**

**----- a) Elisabete de Moraes Soares Ceia, residente no Touro-** Por requerimento registado em 18 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 15 de julho de 2017, de segundo descendente, Raúl Soares Ceia – Informação N.º 84-USC-17 de 22 agosto de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **b) Carla Manuela Gonçalves, residente em Pendilhe**- Por requerimento registado em 17 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 06 de julho de 2017, de terceiro descendente, Laura Gonçalves Silva Louro – Informação N.º 83-USC-17 de 22 de agosto de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil e quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **c) Cristelle de Jesus Oliveira**- Por requerimento registado em 16 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 16 de junho de 2017, de segundo descendente, Tomé Oliveira de Sá Pereira – Informação N.º 82-USC-17 de 22 de agosto 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **d) Cláudio Alexandre Nunes Dias, residente em Alhais** - Por requerimento registado em 14 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 21 de julho de 2017, de terceiro descendente, David Parente Dias – Informação N.º 81-USC-17 de 22 de agosto de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil e quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **e) Laura Pereira Reis, de Vila Nova de Paiva** - Por requerimento registado em 23 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 02 de julho de 2017, de segundo descendente, Lucas Reis Santos – Informação N.º 90-USC-17 de 25 de agosto de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na

alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **f) Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano letivo de 2017/2018** –  
Apreciação e aprovação. -----

----- Foi presente à reunião o Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano letivo de 2017/2018, que aqui se dá por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente ata, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro atas das reuniões da Câmara.

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2017/2018. -----

----- **g) Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) no âmbito da Educação Pré-Escolar e das Componentes de Apoio à Família (CAF) no âmbito do 1.º CEB, para o ano letivo de 2017/2018** –  
Proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 23 de agosto de 2017 do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. O Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, no desenvolvimento dos princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 2 de Fevereiro (Lei Quadro da Educação Pré-Escolar), determina que as componentes não educativas da educação pré-escolar – alimentação (almoço) e prolongamento de horário – sejam comparticipadas pelas famílias de acordo com as respetivas condições socioeconómicas, sendo as normas reguladoras para a determinação das comparticipações familiares definidas no Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 208, de 9 de Setembro de 1997.*

*2. Contudo, veio dispor o n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respetivo pagamento são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no Diário da República, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.*

*3. O referido Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, nada dispôs sobre o modo de comparticipação das famílias em relação a outras atividades não pedagógicas no âmbito da educação pré-escolar, como sejam o serviço de*



Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*prolongamento de horário e também o desenvolvimento de atividades nos períodos de interrupção letiva, sendo de concluir que, em relação às participações familiares pelo serviço de apoio ao prolongamento de horário, se continuariam a aplicar as normas do Despacho Conjunto n.º 300/97, com as adaptações necessárias.*

*4. Entretanto entrou em vigor em 25 de agosto de 2015 a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 164, de 24 de agosto de 2015 (que revogou o Despacho n.º 9.265-B/2013, de 12 de julho), que cria e define as normas a observar na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF) no âmbito da educação pré-escolar, e da componente de apoio à família (CAF) no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), a aplicar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.*

*5. De harmonia com os artigos 3.º e 5.º da referida Portaria, consideram-se, respetivamente:*

*i) Atividades de animação e de apoio à família (AAAF) no âmbito da educação pré-escolar as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades; e*

*ii) Componente de apoio à família (CAF) no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.*

*6. Na sequência de conversações havidas com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, e atendendo ao disposto no n.º 3 do art.º 3.º, e n.º 2 do art.º 5.º, da referida Portaria n.º 644-A/2015, ficou definido que nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública em funcionamento na área do Município de Vila Nova de Paiva, competiria à Câmara Municipal a implementação das AAAF nos jardim-de-infância de Pendilhe, Touro, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva, bem como a implementação da CAF nas escolas do 1.º CEB do Touro, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva, no ano letivo de 2017/2018.*

*Face ao exposto, sem prejuízo de futura regulamentação municipal ou de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas por via legislativa, proponho que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar as seguintes normas de funcionamento das AAAF e CAF, para o ano letivo de 2017/2018, que já vigoraram para o ano letivo de 2015/2016 e, por arrastamento, para o ano letivo de 2016/2017:*

### ***I – Atividades de animação e de apoio à família (AAAF)***

*Serão implementadas as seguintes atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar:*

*1.1. Horário ocupacional – a implementar no jardim-de-infância de Vila Nova de Paiva, antes do início do período diário de atividades educativas da manhã, previsto das 07h30 às 09h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.*

*1.2. Reforço alimentar – a implementar em todos os jardins-de-infância a meio da manhã.*

*1.3. Fornecimento de almoço – a implementar em todos os jardins-de-infância, previsto para os seguintes horários:*

*a) Jardim de Infância de Pendilhe – das 12h15 às 13h15;*

*b) Jardim de Infância de Touro – das 12h30 às 14h00;*

*a) Jardim de Infância de Vila Cova à Coelheira – das 12h30 às 14h00;*

*a) Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva – das 12h00 às 13h30.*

*1.4. Reforço alimentar (fruta) – a implementar em todos os jardins-de-infância a meio da tarde.*

*1.5. Prolongamento de horário – atividades de expressões, natação e educação física a implementar em todos os jardins-de-infância, no período das 15h30 às 17h30, podendo no jardim-de-infância de Vila Nova de Paiva haver um prolongamento excecional das 17h30 às 18h30, para as crianças oriundas de agregados familiares cujos pais ou encarregados de educação assim o necessitem e manifestem, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.*

### ***II – Componente de Apoio à Família (CAF)***

*Serão implementadas as seguintes componentes de apoio à família no âmbito do 1.º CEB:*

*1.1. Horário ocupacional – a implementar na Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva, antes do início da componente curricular da manhã, previsto das 07h30 às 09h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.*

*1.2. Reforço alimentar – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, a meio da manhã.*

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*1.3. Fornecimento de almoço – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, previsto para os seguintes horários:*

- a) Escola do 1.º CEB de Touro – das 12h30 às 14h00;*
- b) Escola do 1.º CEB de Vila Cova à Coelheira – das 12h30 às 14h00;*
- a) Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva – das 12h30 às 14h00.*

*1.4. Reforço alimentar (fruta) – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, a meio da tarde, no âmbito do Programa “Fruta Escolar”.*

*1.5. Prolongamento de horário – a implementar na Escola do 1.º CEB do Touro, desde o final das atividades extracurriculares até às 18h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.*

### ***III – Comparticipação familiar***

*3.1. As refeições (almoço) quer no âmbito das AAAF quer no âmbito da CAF, serão pagas pelas famílias segundo as regras inerentes à Ação Social Escolar, tendo em consideração o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra para atribuição do abono de família:*

- a) Crianças e alunos incluídos em escalão A – gratuito;*
- b) Crianças e alunos incluídos em escalão B – € 0,73 por refeição;*
- c) Crianças e alunos incluídos em escalão C ou superior – € 1,46 por refeição.*

*3.2. O prolongamento de horário quer nas AAAF quer na CAF será pago pelas famílias nos termos que têm vindo a ser praticados, fixados por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de junho de 2011, tendo em consideração o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra para atribuição do abono de família:*

- a) Crianças e alunos incluídos em escalão A – gratuito;*
- b) Crianças e alunos incluídos em escalão B – € 0,34 por dia;*
- c) Crianças e alunos incluídos em escalão C ou superior – € 0,68 por dia.*

*3.3. As demais atividades referidas nos pontos I e II são gratuitas.*

*3.4. O pagamento da comparticipação familiar devida deve ser efetuado preferencialmente na tesouraria da Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, entre os dias 20 e 30 de cada mês, relativamente aos serviços prestados no mês anterior.*

### ***IV – Permanência nas instalações***

*Nos períodos de funcionamento das AAAF ou da CAF apenas poderão permanecer nas respectivas instalações as crianças e alunos inscritos naqueles serviços.*

***V – Desistências e faltas***

*Nos casos de desistência ou falta às atividades, os pais ou encarregados de educação devem respeitar as normas seguintes:*

*a) As desistências são comunicadas por escrito e entregues nos serviços da Câmara Municipal com a antecedência mínima de 5 dias úteis, com a cominação de, não o fazendo, tal implicar o pagamento integral da mensalidade.*

*b) Até 4 (quatro) faltas por mês ao serviço de refeições e ou aos serviços prestados após as atividades educativas ou componente letiva, incide desconto sobre o valor da mensalidade, desde que as ausências da criança ou aluno sejam devidamente justificadas (por motivos de doença ocasional, consultas, férias ou folgas dos pais e encarregados de educação, ou outros) através do preenchimento e entrega de formulário “Comunicação de faltas”.*

*c) Nos casos de mais de 4 (quatro) faltas por mês aos referidos serviços poderá ser aceite justificação apenas mediante a apresentação do formulário “Comunicação de faltas” acompanhado de declaração média ou atestado médico ou, se for o caso, mediante comprovativo da entidade patronal de período de férias do encarregado de educação, incidindo, nestas situações desconto sobre o valor da mensalidade.*

*d) A documentação referida nas alíneas b) e c) deverá ser entregue nos serviços de AAAF ou CAF, antes do educando faltar ou, na impossibilidade, em dia de regresso do educando aos referidos serviços.*

*e) Às faltas injustificadas não incide desconto sobre o valor da mensalidade.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita.-----

----- **h) 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e 2ª Revisão do Orçamento do Exercício de 2017** – Apreciação e votação em proposta para submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 2.ª Revisão às GOP e Orçamento para 2017, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **i) Relatório do Auditor Externo Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda com informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao 1.º Semestre de 2017.** -----

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento do Relatório do 1.º semestre de 2017, tendo sido prestados esclarecimentos sobre o mesmo pelo Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF). -----

----- **j) Procedimento de Hasta Pública para Venda de três prédios urbanos municipais – Abertura de propostas – Auto de Arrematação de 25 de agosto de 2017 – Adjudicação definitiva.** -----

----- Foi presente à reunião o Auto de Arrematação da hasta pública em epígrafe, datado de 25 de agosto de 2017, da Comissão de Acompanhamento da Hasta Pública autorizada por deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião extraordinária que teve lugar no dia 21 de julho de 2017, dando conta de ter sido apresentada apenas uma proposta, referente ao Imóvel I – Antiga Escola Primária da Cela na Queiriga, com o artigo urbano 978, com o preço base de licitação de € 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos euros), tendo sido adjudicado provisoriamente à concorrente Cândida Gomes Monteiro, emigrante em França, pelo preço proposto de € 35.509,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e nove euros), tendo a concorrente apresentado, em boa forma, o cheque n.º 91055793953, datado de 4 de agosto de 2017, no valor de € 7.102,00 (sete mil cento e dois euros), s/ a Caixa Geral de Depósitos (CGD), e já debitado, a título de adiantamento de preço conforme estipulado no n.º 2 do art.º 11.º do Programa do Procedimento da Hasta Pública. -----

----- A Comissão declarou deserto o procedimento de hasta pública para os Imóveis II (antiga Escola Primária do Vidoinho, na freguesia do Touro, com o artigo urbano 772) e III (antiga Escola Primária de Adomingueiros, na freguesia do Touro, com o artigo urbano 774), pelo facto de não terem sido apresentadas quaisquer propostas de preço para aquisição dos mesmos. -----

----- Conforme referido Auto, compete à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva a decisão de adjudicação definitiva, ou de não adjudicação, devendo dela ser notificada a concorrente para os demais atos subsequentes previstos no Programa do Procedimento.

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade tomar conhecimento do Auto de Arrematação e adjudicar definitivamente o Imóvel I - Antiga Escola Primária da Cela na Queiriga, com o artigo urbano 978, à concorrente Sr.ª Cândida Gomes Monteiro, emigrante em França, pelo preço proposto de € 35.509,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e nove euros), devendo ser dado seguimento aos atos subsequentes previstos no Programa do Procedimento. -----

----- **k) Determinação de valor de parcela de terreno integrada na obra de Construção do Arruamento entre a Rua Padre Joaquim Rodrigues da Cunha e a**

**Rua do Coval em Vila Nova de Paiva** - Informação conjunta do Gabinete Jurídico e Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), de 30-07-2017. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após esclarecimentos prestados pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Reunião, deliberado por unanimidade autorizar a venda da parcela com oito metros quadrados pelo preço de trezentos e noventa e sete euros e trinta e cinco cêntimos, conforme avaliado, ao Sr. José Manuel Milheiro Afonso, de Vila Nova de Paiva, devendo ser finalizado o muro vedação envolvente àquela parcela, sita no arruamento de ligação da Rua Padre Joaquim Rodrigues da Cunha e a Rua do Coval em Vila Nova de Paiva. -----

----- **l) Sport Clube Paivense, de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 16 de agosto de 2017, solicitam apoio financeiro, instalações desportivas e transportes para a época desportiva de 2017/2018. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de dez mil euros, a processar no corrente mês de setembro para apoio nas despesas de funcionamento do arranque da época desportiva. Posteriormente, em sede do novo Executivo, serão definidos os apoios a conferir à Associação para o desenrolar da época desportiva de 2017/2018.-----

----- **m) Concessão de Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros (AHB) Voluntários de Vila Nova de Paiva para despesas de funcionamento com o setor de comunicações** – Proposta de 29 de agosto do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 29 de agosto de 2017, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) As associações humanitárias de bombeiros (doravante AHB) são pessoas coletivas sem fins lucrativos, que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros, podendo ainda desenvolver outras atividades, em estrito cumprimento do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas pelos estatutos (n.<sup>os</sup> 1 e 2 do art.º 2.º do regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, alterado pela Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto).*

Ata N.º	18/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*b) As AHB adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública administrativa com a sua constituição (art.º 3.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto).*

*c) Em cada ano económico o Estado apoia financeiramente as AHB, com vista ao cumprimento das missões de serviço público dos seus corpos de bombeiros, aplicando-se ao financiamento das AHB, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros, os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade (artigos 2.º e 4.º, n.º 1, da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que estabelece as regras do financiamento das AHB, no continente, enquanto detentoras de corpos de bombeiros).*

*d) Contudo são publicamente conhecidas as dificuldades, nomeadamente financeiras, com que as AHB se debatem para cabal cumprimento dos seus fins, pelo que as autarquias locais, em particular os municípios, têm também especial responsabilidade no apoio que podem eventualmente prestar às AHB, desde que se trate de atividades inseridas no âmbito das suas atribuições e competências.*

*e) Os municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, e as câmaras municipais têm entre as respetivas competências materiais, nomeadamente a de deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (artigos 23.º, n.º 2, alínea j), e 33.º, n.º 1, alínea o), do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas).*

*f) A Direção da Associação Humanitária de Bombeiros (AHB) Voluntários de Vila Nova de Paiva manifestou carecer de apoio para custear as despesas de funcionamento do setor de comunicações instalado no seu quartel, essencial para o desenvolvimento dos seus fins, nomeadamente no socorro a feridos, doentes e extinção de incêndios, que se inserem no seu escopo principal de proteção de pessoas e bens, pelo que se julga poder ser concedido um apoio financeiro, de um ano, no montante de quinze mil euros.*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*1.º) Autorizar a concessão de um apoio financeiro, por um ano, com efeitos retroagidos a 1 de junho de 2017, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva no montante até € 15.000,00 (quinze mil euros) a processar em doze prestações mensais iguais e sucessivas.*

[illegible]